

O castelhano como vernáculo português

Fernando Venâncio
Universidade de Amsterdam

para Eduardo Lourenço

RESUMO

Durante toda a história do idioma, os escritores portugueses recorreram a materiais léxicos castelhanos com 'naturalidade', como se de lídimo português se tratasse e com a cândida adesão do leitor português, habitualmente ignorante da língua vizinha. Essa transferência de materiais é particularmente frequente em autores tidos, com justiça, como vernáculos, o caso de Fialho, de Aquilino, de Saramago. Ao contrário do galego, que desenvolveu o reflexo conhecido por 'diferencialismo', só muito raramente o português procurou distância frente ao castelhano. Desenhou-se, mesmo, uma 'iberização' do idioma, tarefa plenamente harmonizável com o patriotismo. Este vasto conjunto de desempenhos e atitudes revela-se do maior interesse para a apreciação 'cultural' da história da língua portuguesa.

Um leitor português de Aquilino Ribeiro está habituado a encontrar, na escrita dele, um bom número de vocábulos até aí seus desconhecidos. É um facto: o ficcionista Aquilino (1885-1963) cultivava um léxico altamente infrequente, escassamente dicionarizado e, por isso, instigador dessa experiência de estranhamento. O leitor aceita gratamente o jogo, convencido de estar, deste modo, num contacto privilegiado com o português 'autêntico', de primeira apanha, garantidamente vernáculo. Essa autenticidade é, na generalidade dos casos, factual. Trata-se, quase sempre, de materiais resgatados a antigos estados de língua, com circulação agora reduzida a mínimas áreas serranas. Bastantes desses recursos lexicais nunca conheceram o dicionário, e também isso concorre para a adesão afectiva do leitor, como paga de uma injustiça.

A realidade é, porém, um pouco mais complexa. De mistura com esses vocábulos, outros há que, de portugueses, somente têm a aparência. Sendo, eles também, de restritíssimo uso na cena portuguesa, provam-se, na verdade, de pura cepa castelhana. Em alguns casos, a atestação aquiliniana é, até, a primeira jamais achada em texto português, e às vezes mesmo a única.

Assim, vemos Aquilino servir-se de velhos, mas historicamente infrequentes, castelhanismos portugueses como os substantivos *alabança*, *anchura*, *empacho*, *necedade*, *entono*, *pedrisco*, *pousadeiro*, *terciopelo*, *volantim* ou os adjectivos *alambrado*, *arrojadiço*, *cendrado*, *mal-andante*. Não menos curioso é encontrarem-se nele vocábulos castelhanizantes que nunca haviam figurado em escrita portuguesa, de que são exemplo os substantivos *acomodo*, *cachondice*, *empalme* ou os adjectivos *apremiante*, *bolandeiro* (de *volandero*), *cachondo*, *encandilado*, *mesoneiro*, *testarudo* e *veleidoso*.

Não existem motivos para supor aqui fenómenos 'fronteiriços'. O Portugal descrito na obra de Aquilino é decerto interior, mas bem distante da raia espanhola.

Repare-se também que, além desses, encontramos vocábulos descaradamente castelhanos, encarregados de acentuar a 'cor local' dos cenários espanhóis do autor, como *antifaz*, *carretera*, *hembra*, *muchedumbre* ou *podridero*. Diferentemente destes, os mais acima citados surgem – e aqui está o cerne da questão – como se de materiais singelamente portugueses se tratasse. Esta noção de 'singeleza' é fundamental. Ela é uma constante ao longo de toda a história do português. Foi como procedimento óbvio, nada problemático, que, no decorrer de séculos, os utentes portugueses importaram largas centenas de vocábulos castelhanos. E foi de modo igualmente óbvio, natural, que o leitor português deu com eles, os acolheu e, por sua vez, os transmitiu.

No entanto, a singeleza não é tudo ainda, aqui. Nessa fácil, maciça e secular apropriação lexical, teve importante papel uma menos óbvia, mas decisiva, valoração desses materiais: a de uma autenticidade 'portuguesa'. O caso de Aquilino é, aí, sobremaneira eloquente, conhecendo-se o seu renome, insistente e merecido, de autor *vernaculista*, paladino da 'terra' e das 'gentes'.

Não estamos, ainda assim, perante um caso único em tempos mais recentes. Nessa ambivalência entre vernáculo e castelhano, achamos um também inesperado paralelo na escrita de Fialho de Almeida. Este 'castigado prosador' estreou em âmbito português *chefatura*, *manicómio*, *mirada* ('olhar'), *mistela*, *rebaixa*, ou ainda *aficionado*, *desopilante*, *envolvente*, *mongil*, *sangrante*, *silvante*, mais os gritantemente castelhanos *arreglo* e *saleroso*. Fialho (1857-1911), que acompanhava com interesse a produção literária espanhola do seu tempo, foi bem explícito nas suas afeições: «A língua espanhola tem para mim um prestígio e uma música que não me canso de ouvir e de gostar», confessa ele num artigo recolhido em *Aves migradoras*, de 1914.

O máximo da clareza ficara, contudo, a dever-se a António Feliciano de Castilho, o grande doutrinador oitocentista do idioma, que em 1862 se exprimia assim: «Na leitura do castelhano, se hoje em dia a frequentássemos como cumpria, bem fácil e bem agradavelmente pudéramos nós retemperar ainda hoje o bom falar vernáculo». No mínimo, o que aqui se afirma é que o castelhano conservou recursos historicamente comuns, merecedores de serem hoje recuperados pelo português. Mas pode permitir-se uma leitura mais lata, segundo a qual o castelhano é fonte potencial de enriquecimento da língua portuguesa, não devendo nenhum português consciencioso deixar escapar tão benéfico ensejo.

Tenha esta segunda leitura estado, ou não, no espírito de Castilho, o facto é que os portugueses, ao longo dos séculos, se comportaram exactamente como nela se preconiza, ao ponto de, em alguns dos maiores cultores de um português aprimorado, ser natural esse namoro com o castelhano. O resultado, decerto não perseguido, mas atingido, foi este: os castelhanismos acabaram acolhidos, e até sentidos, como autêntico *vernáculo* português.

Uma patriótica cegueira

A abordagem tradicional destas temáticas é ilustrada no artigo de Cecília Zokner (1971) que contém a citação de Fialho feita acima. Como parte do seu «estudo estilístico» do autor, a estudiosa brasileira destaca formas do tipo de *caballero*, *diestro*, *pueblo*, *suelto* 'artigo de imprensa', *buena dicha*, *olla podrida*, *patria chica*. Isto é, põe em relevo na escrita do autor o espanhol manifesto, enquanto ignora os citados casos de sub-reptícia, mas

efectiva, apropriação de um léxico castelhano. Não muito diferentemente procedera o compilador do *Glossário sucinto de Aquilino Ribeiro* (Gomes 1959), identificando como 'espanhol' tão-só o óbvio, o destinado à cor local. São atitudes habituais no estudo do léxico português, plenas de boa consciência e de efeito tranquilizador, e que permitiram, até hoje, camuflar um intenso e secular processo de castelhanização.

Tentando superar esta seguramente patriótica cegueira, venho cartografando, em vários artigos, e com algum sistema, as pegadas lexicais castelhanas na língua portuguesa. Nunca perdi de vista a contrapartida, o influxo histórico do português sobre o castelhano, mas só para constatar o que já pudera prever-se: a abismal assimetria dos dois processos. Por cada lusismo castelhano, contam-se pelo menos 80 castelhanismos no português. Tenha-se, para mais, em conta que uma boa parte dos 'lusismos' espanhóis são, na realidade, galeguismos, directamente introduzidos na Meseta pelos numerosos galegos que nela se foram fixando.

Numa primeira pesquisa, examinei os deverbais regressivos do português, tendo verificado que as dezenas de formas galego-portuguesas ou autóctones (como *arranjo*, *confronto*, *devassa*, *mergulho* ou *tresvario*) foram, desde o início do século XVI, recebendo a companhia de pelo menos 310 regressivos forjados em Castela. São mero exemplo deles, por ordem histórica de entrada, *desengano*, *alinho*, *desacato*, *tropeço*, *embuste*, *desempenho*, *realce*, *malogro*, *desenlace*, *veraneio* (cf. Venâncio 2012).

Estudei, seguidamente, os adjectivos portugueses de feitura castelhana, para constatar que, entre 1488 (o início da impressão em Portugal) e 1728 (a conclusão do *Vocabulário* de Bluteau) foram assimiladas pelo português nada menos de 470 criações adjectivais castelhanas (cf. Venâncio 2013¹). Exemplifique-se, de novo por ordem histórica de chegada, com *alcançável*, *desmedido*, *airoso*, *matreiro*, *nublado*, *pressuroso*, *bravio*, *madrugador*, *caudaloso*, *pujante*, *empedernido*, *boquiaberto*, *sangrento*, *renhido*, *senhoril*, *desabrido*, *lhano*, *carinhoso*, *hediondo*, *altaneiro*, *islenho*, *donairoso*. Por simples efeito estatístico, uma importação tão maciça permitiu que o português conservasse vocábulos que, no idioma original, entretanto se arcaizaram. Sirvam de ilustração *afrontoso*, *cediço*, *galhofeiro*, *lastimável*, *sequioso*. Verificaram-se, por vezes, no uso português, fases intermédias, como *balbuciente*, *desapiadado*, *desgraciado*, *endiosado*, que eram as exactas soluções castelhanas, antes das formas definitivas *balbuciente*, *desapiadado*, *desgraçado*, *endeusado*.

Mas houve mais. Ao mesmo tempo que importava formas alheias, o português ia também remodelando, segundo o prestigioso modelo castelhano, formas antigas suas. Citem-se os casos de *aprisoado*, *baroíl* e *desnuado*, que acabaram por tornar-se *aprisionado*, *varonil* e *desnudado*. Além de ser fonte de novidades, o castelhano funcionava, pois, como norma de correcção. Cingimo-nos aqui, sublinhe-se, à área adjectival.

Uma nota técnica. A identificação de um *castelhanismo* implica condições estritas, que são: a) a origem castelhana da forma, não raro proveniente de um radical inexistente em português, b) a nítida circulação dessa forma em castelhano anteriormente à primeira documentação portuguesa, c) o ambiente castelhanizante dessa documentação: tradução do castelhano, bilinguismo do autor, suplementares marcas de castelhanização no documento, e d) a manutenção da forma em castelhano, face a uma inicial escassez em português.

Toda essa vasta problemática teve uma recente, e mesmo espectacular, demonstração na escrita ficcional de José Saramago. A fixação do escritor em território espanhol, ocorrida em 1993, marcou tão-só a aceleração de um processo que, pode agora constatar-se, já se vinha desenhando: o do aproveitamento de materiais castelhanos de toda a ordem (lexicais, semânticos, fraseológicos) ao serviço de uma escrita de procurada modulação intemporal e, mais exactamente, arcaizante. A interferência do espanhol no texto saramaguiano de ficção cifra-se em vastas dezenas de vocábulos, quase todos estreias absolutas em cenário português. Para uma mínima ilustração, sirva *A viagem do elefante*, de 2008, onde encontramos novidades como *causante*, *cornamenta*, *desbandar*, *ensilhar*, *entramado*, *malviver*, *manda-mais*, *olvidadiço*, *rezo* (cf. Venâncio 2014²). Insista-se: o fenómeno observa-se na prosa de ficção, e quase nunca fora dela. Estamos, pois, em presença de uma opção estética, embora provavelmente não voluntária.

Não menos eloquente foi, porém, a facilidade com que esta transferência de léxico castelhano, produzida em tempo real, pôde escapar, já não aos leitores, mas aos próprios linguistas. Estamos, muito provavelmente, perante a repetição do *efeito-Aquilino*: os castelhanismos são percebidos como peculiaridades regionais, ou curiosos arcaísmos, mas sempre como produtos próprios. Foi esta também, pode supor-se, a percepção do utente português de Quinhentos e Seiscentos perante tantas novidades do seu tempo. É uma ingénua auto-ilusão, mas ela conseguiu camuflar, com eficácia extrema, a penetração e instalação de um léxico castelhano.

Historiei, por fim, as atitudes *explícitas* de portugueses, desde 1500, no atinente ao idioma vizinho, sublinhando a notável coexistência, durante séculos, de um discurso politicamente correcto anticastelhano e de inequívocos enaltecimentos à língua de Castela (cf. Venâncio 2013²). Tal circunstância impõe-nos a desconfiança das leituras simplistas, generalizadoras, que podem lisonjear o patriotismo, mas bloqueiam a visão daquilo que contraria tão bonançoso panorama. De resto, já em Seiscentos esse bloqueio reinava. Ilustra-o a sincera negação do processo castelhanizador por parte de alguns dos seiscentistas que mais efectivamente o conduziam.

No presente trabalho, iremos atentar nos comportamentos factuais, aquilo que poderia chamar-se, agora, as atitudes *implícitas* face ao castelhano. Limitamo-nos, de novo, ao exame do léxico, quando o estudo da fraseologia seria igualmente interessante e elucidativo. E começaremos por abordar a notória ausência, em contexto português, da atitude denominada 'diferencialismo': a busca activa de formas distinguíveis das castelhanas, num comportamento linguístico de resistência.

Afastar, não afastar

Na Galiza, o idioma galego sofre desde há séculos, e a um ritmo agora acelerado, o assédio do castelhano. Essa circunstância activou uma reacção conhecida pelo nome de *diferencialismo*. Uma atitude 'diferencialista' dá preferência àqueles recursos léxicos autóctones que, substituindo o vocabulário compartilhado com o castelhano, tornam perceptível a distância frente à língua do Estado. Assim, prefere-se *doado* a *fácil*, *afeito* a *habitado*, *axeitado* a *adecuado*, *acadar* a *conseguir*, *berro* a *grito*, *alicerce* a *base*. Os vocábulos ou acepções patrimoniais, *enxebres* ('castiços'), funcionam como sinais de resistência à absorvente presença do castelhano.

Paralelamente, privilegiam-se formas com marcas galegas mínimas, como *agardar*, *semellar* ou *magnitude*, evitando-se *esperar*, *parecer* e *grandeza*. Há, mesmo, aproveitamentos mais complexos, como os neologismos *lostregante* (de *lóstrego*, 'relâmpago') por *deslumbrante* e *engaiolante* por *fascinante*. Tipicamente, estes procedimentos voluntaristas conduzem a hipercorreções (adequadamente chamadas 'hiperenxebismos'), de que são exemplos históricos *obedente*, *domiñar*, *inorvidabre* ou *sinceiro*. Em cursos de aprendizagem do galego, são habituais os exercícios destinados a corrigir estes desvios da norma.

Certas opções ortográficas ou morfofonológicas portuguesas poderiam dizer-se inspiradas numa busca de distanciamento. Penso nos quinhentistas e seiscentistas *exempro*, *público*, *concrusão*, *incrinar*, *contemporativo*, ou *detreminar*, *dromir*, ou *afeituoso*, *correição*, *conjeitura*, ou ainda *armairo*, *contrairo*, *solitairo*, *compulsoiro*, *notoiro*, que se diriam outros tantos 'hiperenxebismos'. Tais formas foram certamente sentidas como mais 'autênticas', mais reveladoras de um 'sentir português'. Facto é que bastantes delas foram, mais tarde, terminantemente reprovadas pelos doutrinários setecentistas Madureira Feijó (1734), Luís do Monte Carmelo (1767) e Francisco José Freire (†1773, edição póstuma de 1842).

Na realidade, só a permuta entre *l* e *r* deu azo a pronunciamentos de tipo diferencialista. Na sua *Gramática da linguagem portuguesa*, de 1536, Fernão de Oliveira escreve: «Porque dissemos que *l* é letra líquida, saberemos que a forma e melodia da nossa língua foi mais amiga de pôr sempre *r* onde agora escrevemos *l* e às vezes *r*» (1536, 1933: 40). Esta afirmação é detidamente comentada por Helena Novais Paiva (2002: 116-118). A sua interpretação desse 'foi [...] sempre' de Oliveira como descrição dum cenário pretérito, entretanto ultrapassado, não apoia (mas também não impugna) uma leitura de resistência ao idioma vizinho por parte dum autor reconhecidamente anticastelhano e estrênuo defensor do uso estrito do português. Mais categórico será Duarte Nunes de Leão ao afirmar, em *Ortografia da língua portuguesa* (1576: 10v.): «Devemos escrever com *r* e não com *l* por nos desviarmos de falar como castelhanos».

Só em 1734, veremos João Madureira Feijó inculcar um diferencialismo lexical. Ao longo da sua extensa *Ortografia*, procede à correção de meia centena de termos castelhanizantes, deles fornecendo a forma legítima. Assim, que não se diga *andamio* mas *andaime*, não *disculpar* mas *desculpar*, não *gracia* mas *graça*, não *ladrido* mas *latido*, não *rastreiro* mas *rasteiro*, não *vengar* mas *vingar*. O que estas intervenções põem a claro é que, em pleno século XVIII, tais desvios rumo ao castelhano continuavam dignos de menção. Uma suplementar, e algo caricata, demonstração disso dão-no-la os castelhanismos que, nessa mesma obra, o autor tolera: *afinco* e *ahinco*, *alugar* e *alquilar*, *cola* e *cauda*, *defeituoso* e *defectuoso*, *parágrafo* e *párrafo* e bastantes outros. O panorama é, pois, o duma resistência débil, em nítido contraste com o que se verá frente ao galicismo.

No último quarto de Setecentos, com efeito, estala na cena portuguesa o combate à influência do francês, combate que se prolongará, aceso e militante, por todo o século XIX. Empenhados, intransigentes, os normativistas apontam detidamente aquilo que consideram intoleráveis contaminações do idioma, avançando alternativas de um português «limpo» e «de bom cunho». Assim fazem, entre outros, o citado Freire, António das Neves Pereira (1793) e Francisco de São Luís (1827).

É um facto: enquanto os materiais franceses cedo foram vistos e sentidos como estranhos, e portanto rejeitáveis, os castelhanos eram absorvidos em

perfeita tranquilidade. Como se não fossem palavras verdadeiramente estrangeiras, e antes 'da família'. Só por meados de Oitocentos se vê referida, embora de passagem, a profusão de castelhanismos no português, em notas que o publicista Heliodoro Rivara após à sua edição do longo ensaio de Freire (1842: I, 167). É também nessas notas que observamos alguns novos sinais de resistência. Criticando o ensaísta, que defendera *altaneria*, *cavalhero*, *desvariar*, *escuridade* ou *surcar*, Rivara inculca *altenaria*, *cavalheiro*, *desvairar*, *escuridão*, *sulcar*.

Contudo, é preciso esperar pelo segundo quartel do século XX para ver a abundante importação castelhana objecto de reconhecimento e algum exame, pela pena do autodidacta João da Silva Correia (1936). Em três escassas páginas são expostos alguns factos relevantes: que a influência se dá «tão sub-repticiamente [...] que chega a iludir os próprios filólogos de eminente saber»; que ela é antiga, mas não menos se exerce em tempos mais recentes; que «a nenhuma língua a língua de Castela deu tanto de si mesma como ao português»; que as importações representam aspectos importantes da «psique espanhola», sejam eles ruins sejam virtuosos. Os exemplos fornecidos por Silva Correia são de central interesse.

Assinalem-se, em meados do século, a lista de 400 castelhanismos constante do *Dicionário etimológico*, de Antenor Nascentes (1955), e um primeiro estudo desenvolvido, *Castelhanismos na literatura portuguesa do século XVII*, dissertação de licenciatura de Maria Helena Mesquita de Almeida (1964). São tarefas meritórias, sobretudo a segunda, mas de pouca sistematicidade formal e histórica, e de ténue ancoramento em factores culturais e sociais. Poucos anos depois, Rodrigo de Sá Nogueira formulará, a propósito de certos vocábulos em circulação, alguma reserva, igualmente modesta (Nogueira, 1969, ³1989).

Em suma: durante séculos, a acomodação do nosso idioma ao de Castela passou incólume, invisível, e implicitamente aplaudida. Mesmo quando, mais recentemente, foi a vez de Fialho, Aquilino ou Saramago castelhanizarem, os factos puderam passar tranquilamente despercebidos. Nunca se ouviram sonoros alertas, não se fizeram apelos, não se expuseram medidas concretas para *afastar* o português do castelhano. Em Quinhentos e Seiscentos, ergueram-se repetidas loas à 'riqueza' e 'autenticidade latina' do português, quis-se até demonstrar a 'inferioridade' desse idioma rival, mas mesmo isso foi feito de modo atabalhado e com pouca convicção (cf. Venâncio 2013²). Inconscientemente, e por inacção, ou inércia, decidimos que um português fundamentalmente autónomo, isto é, voluntariamente afastado do castelhano, era inviável. O *diferencialismo* nunca se tornou conceito nosso.

Mas não eram os portugueses lexicalmente criativos? Eram-no, e muito. Esse mesmo período de dois séculos assistiu a um importante desenvolvimento do léxico autóctone. Só no século XVI, e só no domínio adjectival, podem assinalar-se *agastado*, *aprimorado*, *cansativo*, *coercivo*, *destemido*, *enfadonho*, *idoso*, *íngreme*, *insofrido*, *macio*, *opiniático*, *precatado*, *sôfrego*, *sorrateiro*, *tristonho*. Repare-se: mesmo havendo, aqui e ali, um radical latino, nenhum destes vocábulos é um latinismo. Trata-se, em todos os casos, de autêntico fabrico doméstico. Mas, exactamente, esta capacidade de forjar excelentes vocábulos só torna menos entendível a volumosa importação de soluções de Castela.

Eis-nos, pois, perante um cenário sobremaneira curioso. Por um lado, há um português pleno de potencialidades e belas criações. Por outro, processou-se uma maciça e duradoura integração de materiais castelhanos, não se havendo

desenhado, senão muito tarde e em minúscula escala, uma rejeição explícita dos mesmos ou uma também explícita inculcação de soluções nacionais. Como foi tudo isto possível?

Venho tentando encontrar explicações para este insólito cenário. E penso que, se nunca houve um esforço para afastar o português do castelhano, é porque havia razões para não fazê-lo, duas delas de alguma importância. A primeira tem a ver com o assegurar de um papel *ibérico* para Portugal, a segunda implica a experiência do castelhano como *vernáculo* português. Examinemo-las mais de perto.

Um português *ibérico*

À primeira vista, pensaríamos que um processo de acomodação ao idioma de Castela nunca poderia ser encarado, menos ainda sentido, como opção positiva. Um desenvolvimento descaracterizador do português iria levar, lenta mas inexoravelmente, ao extermínio do idioma. Passada uma fase de satelização, ele acabaria, pelo menos na sua versão culta, coincidindo palavra por palavra com a poderosa língua centro-peninsular. Cada importação e difusão de um vocábulo castelhano, ao frustrar a criação de alternativas autóctones, apressaria esse catastrófico desfecho.

Ora, tudo nos leva a supor o cenário exactamente oposto: o do desenvolvimento de um *esforço de convergência* com o castelhano. Esse esforço terá sido muito informe, além de inconsciente, mas, mais importante ainda, semelhante perspectiva parece nunca ter assustado os portugueses. Não porque se tivessem conformado com a absorção e trituração do próprio idioma pelo do vizinho, mas por alimentarem uma expectativa inconfessável e ambiciosa: a de se apoderarem, um dia, do idioma dele. Assim encarada, uma crescente proximidade face ao castelhano, longe de constituir uma ameaça, vinha provar a viabilidade de um projecto altamente motivador, o de *iberizar* o português.

Esta é, concedo, uma elaboração racional, chamada a responder pela enorme perplexidade perante os factos históricos. Exponho essa hipótese interpretativa no artigo «José Saramago e a iberização da língua portuguesa» (Venâncio 2014²), aventando que Saramago não fez senão retomar o programa já acalentado pelos seiscentistas, com António Vieira na dianteira, o de tornar o idioma português apto a funcionar 'ibericamente'. A sua castelhanização – ou, nesta perspectiva, a sua iberização – era tudo menos uma acção subversora, e antes garantia ao idioma um futuro de mobilidade peninsular e internacional. Para um entendimento desse Portugal quinhentista e sobretudo seiscentista, não se percam de vista os sonhos, ou fantasmas, de dominação política ibérica, e de uma Hespanha finalmente encabeçada por portugueses e com óbvia capital em Lisboa.

Mas não era essa convergência com o castelhano um projecto de altíssimo, e portanto inaceitável, risco? Do nosso ponto de vista, sem dúvida. Uma deriva iberizante de tais proporções era, para o português, suicidária. A menos sombria das perspectivas seria uma dissolução no castelhano, e todo o cidadão minimamente brioso deveria contrariá-la.

Esta é, repita-se, a nossa visão das coisas. À época, estava-se longe de uma concepção do português como língua nacional, ou colectiva, menos ainda pessoal. Um idioma era um instrumento de mando político, uma demonstração de domínio territorial. Assim o via, na sua *Gramática*, o próprio Fernão de Oliveira (1536, 1933: 69). Na impossibilidade de

forçarem a língua castelhana a um aporuguesamento, e procurando estender o poder político do próprio idioma, restava, pois, aos portugueses levarem-no a convergir com o castelhano. A remodelação do português pela incorporação do alheio era, assim, um desígio natural, legítimo, patriótico.

É a própria exorbitância do aproveitamento lexical castelhano nos séculos XVI e XVII, mais a generalizada permissividade que o acompanhou, o que nos força ao esquadriñar de móveis tão profundos. E há, de facto, motivos para procurá-los no âmbito – este, sim, bem documentado – dos planos portugueses de dominação da Península. O caso, mais próximo nosso, de José Saramago, que via com simpatia a integração de Portugal numa grande Ibéria, vem reafirmar esse nexa entre uma acomodação linguística ao castelhano e a visão de um papel ibérico, preponderante ou não, para o nosso país.

Tudo parece, pois, indicar que, na percepção portuguesa quinhentista e seiscentista, se estava, não a 'castelhanizar' o idioma, mas a *hispanizá-lo*, isto é, a prepará-lo para funcionar numa Hespanha (de momento, só mental) sob hegemonia portuguesa. Em tal projecto, era de autêntica conveniência uma língua indiferenciada, uma *koinè* ibérica, tanto mais promissora quanto era de iniciativa dos portugueses.

Até ao século XVIII, as elites portuguesas «viam-se a si próprias no contexto de uma cultura peninsular», lembrava o historiador Rui Ramos, a pretexto da *História de Portugal* (2009) que coordenou. Sendo assim, um anticastelhanismo, fosse ele visceral ou politicamente correcto, podia conviver com a mais sincera profissão de iberidade. E os factos mostram que a apetência pelo castelhano estava inteiramente desligada das opções políticas.

Este projecto português de um iberismo linguístico manteve-se sempre a níveis pré-conscientes e, que saibamos, nunca foi verbalizado. Terá sido sempre uma estratégia implícita, mesmo para a elite escrevente. O sonho, factualmente alimentado, de ser lido em toda a Ibéria em castelhano ter-se-á ido transformando num outro, informe mas estimulador, o de ser lido por todos *num português iberizado*.

Sentido de economia

Sonhos à parte, a realidade palpável eram essas mais-valias linguísticas castelhanas, convidativas, directamente integráveis, e seguramente prestigiosas. Aproveitá-las era demonstração de discernimento e de sentido da economia.

No mundo real, o utente português de Quinhentos e Seiscentos limitava-se a interiorizar esse tão útil castelhano que o envolvia num contacto duradouro e intenso e em contextos de nítido prestígio: o ensino, a pregação, o palco, a liturgia (com as suas centenas de vilancicos castelhanos), a corte. Professores, sacerdotes, artistas, rainhas, toda essa gente importante e altamente imitável se exprimia, com naturalidade, no seu castelhano materno, pondo em circulação conceitos modernos e vocábulos apelativos. Não é de mais insistir: o castelhano chegava ao cidadão pelo púlpito, pela leitura de livros, pela consulta de dicionários, chegava-lhe na sala de aula dos colégios e universidades, nas cantorias de 'romances' de rua, que decorava e depois reproduzia, chegava-lhe mesmo no confessionário. Tudo isto significava um contacto focado, persistente, que calava fundo. Mais tarde chegaria ainda o omnipresente teatro. Um português de Seiscentos viu,

pela vida fora, centos de comédias e dramas, praticamente todos castelhanos, mesmo quando de autores portugueses. Ele ria e chorava em castelhano.

Estas circunstâncias históricas, sociais e culturais do chamado período de 'bilinguismo luso-castelhano' têm vindo a ser descritas numa extensa bibliografia, de autores portugueses, brasileiros, espanhóis e estrangeiros, com investigações, quase todas, de excelente nível. Mas faltaram, sempre, os estudos estritamente linguísticos.

Os recursos castelhanos, repita-se, estavam disponíveis, eram de patente qualidade, facilmente assimiláveis, prestigiosos, e compreende-se que prestigiantes também. Por todos estes motivos, eles constituíam um permanente e irresistível convite. Cultural e linguisticamente, Castela levava a Portugal uns bons decénios de avanço. O castelhano desenvolvera uma grande precisão nocional, servida por uma impressionante disponibilidade vocabular. Deste estado de coisas, o utente português, sabiamente, tirava o proveito que podia. A sua índole cosmopolita, mais a sua queda para a miscigenação, faziam o resto.

Os portugueses provavam-se, pois, bons economistas. Se havia, no mercado, produtos úteis e testados, era improdutivo não servir-se deles. Sim, porquê inventar palavras para *cordilheira*, para *desfiladeiro*, para *penhasco*, *descampado*, *pantanal* ou *regadio*, se elas já existiam, e bem feitas, em castelhano? O mesmo valia para conceitos mais elaborados, também eles numerosíssimos, como *altivez*, *convivência*, *demasia*, *entretenimento*, *honradez*, *mediania*, *paradeiro*, *pujança*, *regozijo*, *tibieza* ou *vislumbre*.

Só que esta opção teve um preço imediato: o de desmobilizar a criação autóctone como prioridade, as soluções próprias como princípio. Pudera, com efeito, ter-se desenvolvido uma política de investimento em formas e derivações de fabrico próprio, privilegiáveis sobre qualquer solução estrangeira. Mas nada disso aconteceu. A defesa de um pecúlio patrimonial, o afã de assegurar a sua continuidade, foram disposições tardias, instigadas – como vimos – pelo francês, esse sim, sentido como uma ameaça ao português genuíno. A entrada de materiais franceses, acelerada em Setecentos, deu-se de modo mais visível, mais consciente, mais censurável. Tão traumatizante, especioso e bizantino como foi o afrancesamento do idioma, tão expedita e quase jubilosa se havia revelado a sua precedente castelhanização.

O efectivo estado de coisas era que, nesse português 'genuíno', se haviam instalado inumeráveis formas castelhanas, doravante indestrinçáveis das autóctones. No labor normalizante setecentista, todas elas acabariam promovidas a 'clássicas', altamente estimáveis e, para todos os efeitos, inalienáveis.

E de novo: porquê isto? Donde provêm essa boa consciência, essa leviandade, essa estranha e crónica ausência de qualquer culpabilidade?

O conforto do esquecimento

Aqui entra aquela que considerei a segunda explicação do fenómeno que nos ocupa, depois da fornecida pelo 'projecto ibérico'. Esta segunda explicação é *a experiência do castelhano como vernáculo*.

Tudo indica que reinava a convicção – decerto inconsciente, mas produtiva – de que os materiais castelhanos eram propriedade 'portuguesa' por direito.

Uma convicção estranha, temos de dizê-lo, e tanto mais quanto a recíproca castelhana jamais existiu. Podemos assentir nisto: para um português quinhentista ou seiscentista, um bom número de produtos espanhóis soavam como caseiros, 'nossos' em tudo.

Os utentes, cultos ou paisanos, nunca chegaram a tomar consciência da castelhanização como fenómeno global. Os castelhanismos introduziam-se no uso de uma elite e, quando se generalizavam, já a sua origem estava esquecida. Vigorava, no máximo, a noção, mais ou menos explicitável, de o idioma estar a enriquecer-se, a modernizar-se, a internacionalizar-se. Com efeito, o castelhano achava-se demasiado próximo (achava-se na própria *mente* do bilingue, activo ou passivo) para que alguém o pudesse identificar como 'fonte' dum processo.

Esboçemos o seguinte cenário. Em inícios de Quinhentos, o primeiro utente de *alcançável*, de *dadivoso*, de *malogrado*, de *moreno*, de *roçagante*, de *castiço*, pode ter experimentado um minúsculo frémito, um instante de hesitação: «Que estou eu a fazer?» Mas o utente seguinte já hesitou menos, a partir do terceiro a integração desses vocábulos no idioma estava feita, e a sua origem castelhana eficazmente esquecida. O quarto utente pôde já, tranquilamente, jurar que eram palavras portuguesas genuínas, 'castiças', talvez aqui e ali um tudo-nada arcaizantes, mas de uma antiguidade 'nossa'.

Como aquela mancheia de adjectivos, centenas de outros, de substantivos, de verbos, fizeram o mesmo exacto percurso. Os escritores usaram-nos, os dicionários acolheram-nos, os normativistas inculcaram-nos. Nenhum português no seu perfeito juízo quis ver-se, a partir daí, privado dessas palavras. Ele tem sobre elas um direito secular adquirido, e isso torna-as hoje tão *patrimoniais* como as do léxico primitivo ou exclusivo.

Temos perfeita demonstração disto em alguns comentários de Francisco José Freire (1842: vol. II, passim). Para o doutrinador setecentista, *condestable* «sabe a antiguidade, posto que venerável», deve aceitar-se *caudalaria* porque provém «do nosso [sic] antigo nome *caudilho*», *lugarejo* (dicionarizado menos de um século antes) é forma autorizada e «portuguesa», e substituir *El-Rei* por *o Rei* é próprio de «inimigos» do português.

Assim se entende, também, um testemunho de Bento de Sousa Farinha (†1820), autor de uma *Memória sobre o estudo da língua portuguesa*, aparecida em 1849, que desaprovava o galicismo *chicanas*, já que, dizia ele, «a linguagem tem *trapaças*, *embustes*, *armadilhas*, *enganos*, *trampas*, *cavilações*, e muitos outros termos próprios e naturais». Ora, é sabido, todos esses vocábulos, salvo o latinismo final, foram um dia importados do castelhano.

De resto, já foi assinalada uma dependência da lexicografia portuguesa em relação aos conseguimentos da espanhola. Uma investigação de Germán Colón (2010) compara dados do dicionário Latim-Castelhano de António de Nebrija, na edição de 1545, e do dicionário Latim-Português de Jerónimo Cardoso, de 1570, onde se percebe, na microestrutura, uma coincidência mais do que fortuita. Um artigo de Dieter Messner (2007) rastreia o aproveitamento que os autores do *Dicionário* da Real Academia das Ciências de Lisboa, de 1793, fizeram da sua contrapartida espanhola, mesmo com subversão da realidade linguística do português.

Parece claro: mais do que só uma questão linguística, a pegada castelhana no português constitui um capítulo da nossa história *cultural*. O fenómeno

ganha em ser apreciado no âmbito da imagiologia e da história das mentalidades, na exacta medida em que contém informações sobre a criação e gestão de uma auto-imagem colectiva (cf. Venâncio: 2014¹).

A perda da memória da castelhanização do português não é um acidente, e sim elemento essencial ao processo. Só uma desmemória colectiva, sistemática e duradoura pôde permitir que o castelhano se transformasse em fonte efectiva, abundante, e tranquilamente clandestina, do léxico português. A partir de Setecentos, a geral e crónica ignorância do castelhano ainda revigorou uma visão a-histórica, mágica da língua portuguesa. Dizendo de outro modo: um processo tão profundo e consistente, mas também tão potencialmente atentatório a um auto-conceito português, e tão dilacerante da representação de heroísmo anticastelhano, esse processo tinha, inevitavelmente, de conservar-se incógnito da consciência nacional, ludibriando, com eficácia, quaisquer rebates de consciência identitários. Sem demasiado paradoxo, diríamos que a castelhanização histórica do português pôde ser ocultada por mecanismos protectores imensamente inventivos, por uma cegueira benfazeja e de sinal positivo.

Da matança ao massacre

Uma pergunta se impõe, agora. Como é que, tendo incorporado tantos materiais do espanhol, hoje o português está tão longe de confundir-se com ele? A resposta é esta: o processo de convergência com a língua de Castela foi travado a tempo, assim se evitando que, em tal deriva, o português atingisse um ponto de não-retorno.

Vários factores se reuniram, no Portugal de cerca de 1730, conduzindo ao travamento desse processo. Entre eles estão:

1. o desaparecimento da última geração de bilingues,
2. um menor contacto com a fala e o texto castelhanos,
3. o prestígio de Camões, promovido a poeta ‘peninsular’,
4. o culteranismo castelhano, sentido como extravagante e decadente,
5. o novo enriquecimento das elites graças à economia brasileira,
6. o atenuar das aspirações políticas peninsulares,
7. a vitalidade da herança linguística galego-portuguesa,
8. o fascínio pelo classicismo francês.

Trata-se, em todos os casos, de factores exteriores ao processo de convergência com o castelhano. Não houve uma acção dirigida a travá-lo, antes uma conjunção de circunstâncias avulsas, com o travamento do processo como *efeito colateral*. Nem poderia ter sido doutro modo, já que o processo era, ele mesmo, imperceptível, inidentificável. Tudo se havia passado, nele, sem resistência, ou sequer consciência, e foi também assim que ocorreu a mudança de cenário.

Mas atenção: o travamento do processo de convergência, se produziu, factualmente, um acentuado abrandamento da castelhanização do português, de modo nenhum a extinguiu. Certo: o modelo – sedutor, visível e

combatido – era agora Paris, aonde o português ia buscar novos produtos como *audacioso*, *confidencial*, *desfavorável*, *grisalho*, *incontestável*, *minucioso*, *simétrico*, *verificável*, e muitas mais criações francesas de toda a ordem que o português incorporou logo em Setecentos. Mas as formas forjadas na Meseta continuaram convidativas e aproveitáveis. E ainda no português do século XX se puderam incorporar várias dezenas de castelhanismos de tipo corrente.

Seria um exercício elucidativo acompanhar, a partir do século XVIII, a constituição dos dois acervos, o de origem castelhana e o de origem francesa, examinando-lhes a tipologia, quer semântica, quer derivacional, e pondo a claro constantes e especializações.

Facto é que, de modo esparso mas rastreável, se foi desenhando, no comportamento dos normativistas e utentes, uma tensão entre os dois conjuntos, quase sempre com vantagem para o lado castelhana. Assim, pôde constatar-se a preferência de *postura* a *atitude*, de *enfoque* a *abordagem*, de *frioleira* a *bagatela*, de *bugiganga* a *bibelô*, de *artimanha* a *truque*, de *camarilha* a *entourage*, de *matança* a *massacre*, de *matiz* a *nuance*, de *pormenor* a *detalhe*. Não que se prefira o castelhana por si mesmo, pois quase nunca é reconhecido como tal. O que se repudia é o francês, propondo-se alternativas 'nossas'.

Esta agora já crónica invisibilidade dos materiais castelhanos, com a sua efectiva diluição no todo 'castiço' do português, recebe uma assinalável demonstração no recurso a eles como 'variante estilística'. Trata-se daquela regra de escrita, mormente jornalística, que aconselha a não repetir, a variar, escrevendo *físico* por *médico*, ou *ofídio* por *cobra*.

Assim, no terreno que nos ocupa, é procedimento comum alternar *filme* com *película*, *jornal* com *periódico*, *garrafa* com *botelha*. Seja exemplo este trecho do jornalista José Mário Silva, no blogue 'O bibliotecário de Babel': «Na novela *A Contadora de Filmes*, Hernán Rivera Letelier inventa uma personagem fascinante: uma rapariga que tem o dom de recriar, em casa, as películas vistas no cinema».

Outros procedimentos do género – e são mais alguns exemplos – levam à substituição 'estilística' de *escada* por *escaleira* (em Camilo Castelo Branco), de *cão* por *perro* e de *óculos* por *gafas* (em Fernando Assis Pacheco), de *padre* por *cura*, de *carvalho* por *roble*, de *barragem* por *embalse*, de *ecrã* por *pantalha*. O segundo elemento, sendo infrequente, e portanto inesperado, lança uma nota de interesse ao texto, ao mesmo tempo que resolve o 'problema' da repetição. Em momento algum o castelhana é identificado. Mas faz prova de utilidade.

Reflexão final

Se é verdade que o português nunca desenvolveu algo como um diferencialismo relativamente ao castelhana, também é verdade que nunca a linguística portuguesa se lançou nos descaminhos de uma castelhanofobia. E com razão. Qualquer medida de 'salubridade' tendente a eliminar da expressão portuguesa todo o elemento de origem castelhana estaria rapidamente condenada ao fracasso. Não só a quantidade desses materiais é ingente, como a própria identificação deles seria, para o utente comum, impraticável. 'Descastelhanizar' o português iria provar-se, assim, tarefa inviável. Muito inteligentemente, a questão nunca se pôs.

Toda esta matéria é do âmbito da estrita linguística histórica, ou da história das ideias, não do concreto uso do idioma. Um utente pode, sim, optar por evitar marcas castelhanas demasiado gritantes, privilegiando as autóctones: não *olvidar* mas *esquecer*, não *mescla* mas *mistura*, não *rechaço* mas *recusa* ou *rejeição*, não *ademais* mas *além disso*, não *entranhável* mas *meigo*. É um exercício virtuoso, e decerto recomendável, mas que pressupõe, já de si, um mais que básico conhecimento do castelhano, além de facilmente conduzir à casuística, quando não a um comportamento purista e historicista. Como atitude para a vida diária, melhor será que o utente actual de português aceite, com singeleza de espírito, o idioma que herdou e, ao mesmo tempo, desenvolva uma posição crítica no referente a novos materiais estranhos, sejam franceses, ingleses ou castelhanos.

Resta-nos, assim, a recolha e análise dos factos históricos, mais a apreciação e interpretação deles. De tais operações, há-de irromper a imagem de um utente português ávido da oferta externa, pouco propenso a medidas 'higiénicas', embora despreocupado com uma continuidade patrimonial. Esta imagem condiz com uma mais genérica representação do português como indivíduo cosmopolita, nada receoso da miscigenação, avesso a exigências, e basicamente prático.

Bibliografia

Almeida, Maria Helena Mesquita de (1964): *Castelhanismos na literatura portuguesa do século XVII*. Coimbra.

Colón Domènech, Germán (2010): «De lexicografía hispano-portuguesa en el siglo XVI», in Robert Verdonk & M. J. Mancho Duque (eds.), *Aspectos de la neología en el Siglo de Oro*. Amsterdam, New York: Rodopi, pp. 213-237.

Correia, João da Silva (1936): «Algumas observações num domínio da história da língua portuguesa», *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. II, pp. 344-346

Farinha, Bento de Sousa (†1820, 1849): *Memória em forma de diálogo sobre o estudo da língua portuguesa*, ed. e actualização de José de Freitas Amorim Barbosa. Lisboa.

Feijó, João de Morais Madureira (1734 / 2008): *Ortografia*, ed. Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre & Isabel Prates. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Freire, Francisco José (†1773, 1842): *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

Gomes, Elviro da Rocha (1959): *Glossário sucinto para melhor compreensão de Aquilino Ribeiro*. Porto: Marânus.

Leão, Duarte Nunes de (1576): *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa.

Messner, Dieter (2007): «Las relaciones lexicográficas hispano-lusas», in Ángel Marcos de Dios (ed.), *Aula Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 317-322.

Monte Carmelo, Luís do (1767): *Compêndio de ortografia*. Lisboa.

Nascentes, Antenor (1955): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Nogueira, Rodrigo de Sá (1989): *Dicionário de erros e problemas de linguagem*, 3ª ed. Lisboa: Clássica Editora.

Oliveira, Fernão de (1536, 1933): *Gramática da linguagem portuguesa*, 3ª ed., ed. Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa.

Paiva, Maria Helena Pinto Novais (2002): *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico. Contribuição da informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Porto: Faculdade de Letras.

Pereira, António das Neves (1793): «Ensaio crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século XV e XVI...», *Memórias de Literatura Portuguesa*, IV, pp. 339-466; V, pp. 152-252.

Ramos, Rui, coord. (2009): *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

São Luís, Francisco de (1827): *Glossário das palavras e frases da língua francesa que por descuido, ignorância ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna*. Lisboa.

Venâncio, Fernando (2008): «Lusismos e galeguismos em espanhol. Uma revisão dos dados», *Phrasis*, 49, pp. 109-122.

-- (2012): «O espanhol proveitoso. Sobre deverbais regressivos em português», *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. XI, pp. 6-41.

-- (2013¹): «Airoso e castiço. Sobre o adjectivo castelhano em português (1488–1728)», in *Estudos de Lingüística Galega*, 5 (2013), pp. 103-146

-- (2013²): «Atitudes portuguesas face ao castelhano», in Eva Guggenberger / Henrique Monteagudo / Gabriel Rei-Doval (eds.), *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, pp. 315-326.

-- (2014¹): «O português diverte-se em espanhol», *Revista Ler*, nº 131, pp. 68-71.

-- (2014²): «José Saramago e a iberização da língua portuguesa», in Burghard Baltrush (ed.), *"O que transformou o mundo não foi uma utopia, foi uma necessidade": Estudos sobre utopia e ficção em José Saramago*. Berlim: Frank & Timme, pp. 95-126.

Zokner, Cecília Teixeira de Oliveira (1971): «Contribuição para um estudo estilístico de Fialho de Almeida», *Revista Letras*, 19, 1971, pp. 117-121.